

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	300
Anuncios, por linha	500

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	500

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para publicação de editaes, annuncios ou communicações, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do publicações pedidas, sem o que não dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 17 do corrente mez, perante os respectivos commissarios dos estudos, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) da villa de Moira, no districto de Beja; Felgar, no de Bragança; Vendas Novas, no de Évora; Penavente, no de Guarda; S. Quintino e Freiria, no de Lisboa; Tolosa, no de Portalegre; Rocio ao sul do Tejo e Benavente, no de Santarém; Ervededo e Torre de Pinhão, no de Vila Real; e Penajoia, no de Vizeu; cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas; tendo alem d'isso a de Moira mais 30\$000 réis pela camara municipal respectiva.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 12 de abril de 1860. — O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

2.ª Repartição

Manda Sua Magestade El-Rei declarar ao conselheiro vice-presidente da relação do Porto, que para os fins convenientes se torna necessario exigir de todos os tabellães de notas da mesma cidade uma informação prestada á face dos respectivos livros de notas, relativa aos instrumentos de locação de serviços de pessoas que se destinaram a emigrar para o Brazil, que nos respectivos cartorios tiverem sido lavrados desde o anno de 1850, e constarem dos referidos livros; contendo expressa designação dos seguintes objectos:

- 1.º O numero e paginas do livro de notas em que se acha lavrado o instrumento.
- 2.º Data do instrumento.
- 3.º Nomes dos contratantes, e dos pacs ou tutores d'aquelles que forem menores; e n'este ultimo caso:
- 4.º Data da autorisação do conselho de familia.
- 5.º O nome do navio que tem de conduzir o colono.
- 6.º O preço da passagem e importância de adiantamentos feitos.
- 7.º Os nomes das testemunhas.

E outrossim manda o mesmo augusto senhor declarar ao referido conselheiro, que, para mais prompto e exacto cumprimento do que fica ordenado, poderá, se assim o julgar conveniente, fixar aos referidos tabellães o prazo rasovavel dentro do qual hajam de satisfazer ao praso d'elles se exige. Do resultado irá dando successiva conta.

Paço, em 3 de abril de 1860. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o officio do conselheiro vice-presidente da relação do Porto de 4 do corrente, acompanhando outro do juiz de direito da comarca de S. João da Pesqueira de 30 de março preterito, no qual este magistrado, expondo que tendo recebido do presidente da camara municipal do mesmo concelho, no biennio findo em 31 de dezembro de 1859, por officio datado do 1.º de janeiro de 1860, uma relação dos juizes eleitos que tinham de servir no biennio seguinte nas freguezias de Trevões, Vallongo e Espinhosa, nomeados pela camara municipal na falta de eleição nas ditas freguezias, em 12 do mesmo mez lhe foi remetida pelo presidente da nova camara municipal nova relação de juizes para as mesmas freguezias, dando como motivo disto o ter sido feita illegalmente a antecedente nomeação; e tendo o mencionado juiz exposto este facto ao governador civil do districto, para que em conselho resolvesse quaes se deviam julgar validamente nomeados, pelo governador civil lhe foi respondido que effectivamente estava illegal a primeira nomeação; o mesmo magistrado, entendendo que esta decisão não foi regularmente tomada em vista dos artigos 86.º, 87.º, 100.º e 350.º do codigo administrativo, consulta o presidente da relação respectiva, e lhe pede que providencie acerca da referida legalidade ou illegalidade, para que não haja duvida sobre as pessoas que devem ser consideradas juizes eleitos e substitutos das referidas freguezias;

O mesmo augusto senhor: Considerando que sendo a nomeação a que o sobredito juiz se refere da exclusiva competencia das autoridades administrativas, sem que o poder judicial tenha ou possa ter superintendencia ou fiscalização do modo por que é feita, do qual, sendo irregular, ha os recursos estabelecidos no codigo administrativo e mais legislação correspondente, deve, em casos semelhantes áquelle de que aqui se trata, ser considerada como legitima a nomeação, que como tal for declarada pela autoridade municipal no exercicio da prerogativa que pelo artigo 299.º do codigo administrativo lhe é conferida;

Assim o manda declarar ao conselheiro vice-presidente da relação do Porto, para que o faça constar ao referido juiz de direito.

Paço, em 10 de abril de 1860. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mapa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas, e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 4, 11, 18 e 25 de fevereiro de 1860

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero de dias úteis de trabalho	Numero medio de operarios por dia
Viana	Estrada através de Caminha	10	43
	Dita do Neiva a Viana	23	98
	Estrada de Villa Nova de Famalicão ao Neiva	28	16
	Dita de Braga a Valença pelos Arcos	23	181
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Guimarães	18	927
Braga	Dita de Villa Nova de Famalicão a Barcellos, dentro da villa de Barcellos (construção)	17	3
	Dita de Braga a Ponte de Lima (estudos)	10	8
	Dita de Braga a Barcellos	28	7
	Direcção geral	28	3
	Estrada do Porto a Amarante	28	43
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira	21	178
	Dita desde o alto da Bandeira á ponte pensil no Douro	22	85
	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrso	23	49
	Dita do Porto por Villa do Conde á Povoa de Varzim (estudos)	28	3
Porto	Obras na barra do Douro	23	73
	Ditas na nova alfandega do Porto	22	511
	Ditas na cida da alfandega	20	134
	Ditas nos cides da alfandega velha	17	18
	Trabalhos graphicos em Miragaya para a nova rua de D. Fernando	28	3
	Direcção geral	18	174
	Estrada da Regua a Villa Real	19	100
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real	20	61
	Estrada do Salgueiral á Regua	20	41
Villa Real	Ponte sobre o ribeiro de Joguinhos	19	320
	Estrada marginal do Douro	21	43
	Ponte de Mondim de Basto	28	9
	Direcção geral	19	201
Bragança	Estrada de Bragança a Mirandella	19	9
	Colocação da linha telegraphica	22	376
	Estrada d'Aveiro a Vizeu por Albergaria	23	251
	De Albergaria ao Sobreiro	18	247
	De Ovar á Murteira da Arada	19	101
Aveiro	Obras no cides de Aveiro	22	115
	Estrada de Coimbra ao Porto	22	119
	Estrada de Vizeu á serra do Bussaco	21	1:198
	De Vizeu á serra do Bussaco	23	272
	De Foz-Dão á Venda do Secho	23	163
	Das Casas Novas ao Carregal	23	86
Vizeu	Do Rioja a Mangualde	17	3
	Tribunal e cadeia na cidade de Lamego (reparos)	24	3
	Direcção geral	23	479
Guarda	Estrada da Guarda a Fornos d'Algodres	23	1:452
	Dita de Celorico ao rio Alva	23	42
	De Celorico á Ponte Pedrinha	28	31
	Estrada de Coimbra á Rodinha	28	5
	Dita de Coimbra á Ponte da Pedra	18	7
	Dita da Mealhada á serra do Bussaco	13	5
Coimbra	Dita de Coimbra ao rio Alva	17	557
	Ponte do Sarzedo sobre o rio Alva	19	80
	Ponte de Villa Cora do Sub-Avô	28	1
	Estrada de Coimbra á Figueira (estudos)	12	5
	Direcção geral	28	4
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira	28	20
	Obras no porto e barra da Figueira	19	577
	Estrada de Castello Branco a Abrantes	19	870
	Ponte da Froia	5	3
	Ponte do ribeiro do Gomes	23	21
Castello Branco	Dita de Castello Branco a Villa Velha	23	142
	Edificio do governo civil em Castello Branco	23	9
	Direcção geral	23	4
	Monumento da Batalha	28	24
	Mosteiro de Alcobaca	23	80
Leiria	Avenida da Batalha	23	42
	Estrada das Caldas á Redinha	23	1
	Direcção geral	22	83
	Estrada de Santarém a Pernes	23	49
	Dita de Pernes por Torres Novas á Barquinha	28	7
	Dita de Thomar á Barquinha	28	3
	Dita de Thomar á Coimbra	28	1
	Cultura do Santarém á Ponte de Assa	20	1
	Dita da Ponte de Sant'Anna ao Cartaxo	20	1
Santarém	Dita dito ditto á Rio Maor (estudos)	11	6
	Canal de Azambuja	22	38
	Comoros e arvoredos do rio Almondã	23	1
	Canal de Alpiçara	21	129
	Canal de Vazenda	19	53
	Melhoramento do Tejo	21	189
	Melhoramento do rio em diversos pontos	28	15
	Trabalhos hydrographicos e estudos no rio	28	18
	Estrada de Lisboa á ponte do Carregado	28	39
	Dita desde o cides do Tejo, no Carregado, até ás Caldas	28	25
	Dita de Alhandra a Torres Vedras	28	21
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Collares	28	21
	Dita de Cintra a Mafra	22	31
	Dita de Mafra á Ericeira	28	12
	Dita da ponte de Carenque a Mafra	28	16
	Dita de Paço d'Arcos ao Cacem	22	19
	Dita de Belem a Queluz	22	46
	Dita de Alverca a Buellas	22	47
	Dita de Canecães	22	47
Lisboa	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar e Loures, a Torres Vedras	22	67
	Dita da circumvalação da cidade	22	25
	Cultura do arvoredo da circumvalação da cidade	28	3
	Reparos da muralha na estrada de Paço d'Arcos	4	11
	Ditos da dita na dita do Poço do Bispo	11	9
	Lazareto da Torre Velha	22	274
	Assentamento das chapas de cotas de nivel relativas á carta de Lisboa	22	3
	Reconstrução do cano geral da cadeia do Limoeiro ao arco do Rozario	22	27
	Casa da guarda do edificio da Moeda	17	57
	Estabelecimento dos fornos da cal no Rio Seco	28	28
	Edificios publicos	22	400
	Serviço geral	28	27
	Estrada de Aldeialegre á fronteira	28	49
	Dita de Monte-mór a Évora	28	167
	Dita de Évora para as Alcaçovas	6	7
	Dita de Borba a Villa Viçosa	28	9
Evora	Dita de Estremoz a Portalegre	21	99
	Ponte de Pavia (reparos)	23	22
	Estrada de Aldeialegre á fronteira	28	17
	De pontão de Albufeira ao Caia	19	266
	De Portalegre a Estremoz	18	16
	Ponte do Barroso	10	12
	Dita de Veiros	22	179
Portalegre	Ponte da ribeira de Niza	22	22
	Estrada da Fonte dos Lavandeiros a Castello de Vide	19	100
	Dita de Elvas a Campo Maior (estudos)	3	7
	Dita de Portalegre a Alegrete	5	34
	Dita através da cidade de Portalegre	5	14
	De Ferreira a Odivelas	23	108
	Ponte de Porto de Torrio	23	8
	Dita de Castello Vento	23	34
	De Algalé a Porto de Rei	21	147
	Ponte de Carvalhos	16	5
Beja	Dita de Beja a Mertola	18	294
	Direcção geral	28	2
	Estrada de Faro a Loulé	28	5
	De Faro á ponte de Marim	18	1:421
Faro	Dita de Loulé a S. Bartholomeu (estudos)	16	40
	Direcção geral	16	9
Diversos	Linhas electro-telegraphicas	24	178

Direcção geral das obras publicas e minas, em 2 de abril de 1860. — Caeetano Alberto Maia.

DIRECCÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Nota dos preços correntes dos fundos publicos da praça de Londres, em 5 de abril de 1860

Consolidados	94 1/2 a 94 1/2
Fundos da India	94 1/2 a 94 1/2
	104 1/2 a 104 1/2 — 104 1/2 — 104 1/2

FUNDOS ESTRANGEIROS

Austriacos	de 5 por cento	97	99
Belgas	de 2 1/2	88	90
	de 4 1/2	88	90
Brazileiros	de 1858, de 4 1/2 por cento	98	90—90 1/2
	de 1852	104	106
Chilenos	de 3	71	73
	de 4 1/2	86	87
Dinamarquezes	de 3	—	—
	de 5	65	67
Allemaes	de 2 1/2	98	100 ex div.
Mexicanos	de 4	22 1/2	22 1/2 — 22 1/2 — 22 1/2 — 22 1/2
Peruvianos	de 3	91 1/2	92 1/2
	de 5	—	—
	de 3	64	64 1/2
Russos	de 4 1/2	96	98—97
	de 5	107	109
Sardos	de 5	82	84
	de 3	45 1/2	45 1/2 — 46 1/2 — 46 1/2
Hespanhoes	differida	34 1/2	35 — 34 1/2
	passiva	14 1/2	14 1/2
	certificados	4 1/2	5
	interna, de 3 por cento	—	—
Turcos	de 6 por cento	79 1/2	79 1/2 — 79 1/2 — 79 1/2 — 80
	de 4	101	101 1/2
Portuguezes	de 1858, de 6 por cento	61 1/2	62 — 62 — 62 1/2 — 61 1/2
	de 1853, de 3	42	42 1/2 — 42 1/2 — 42
	de 1856—1857—1859	42	42 1/2
	differida	—	—

Novo empréstimo brasileiro de 4 1/2 por cento — 1/2 des. — ao par.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 11 de abril de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Mappas do movimento commercial entre Portugal e seus dominios e o porto de Portsmouth, no anno de 1859, os quaes fazem parte do officio do consul geral de Portugal no reino unido da Gran-Bretanha, publicado no Diario de Lisboa n.º 74, de 27 de março ultimo

IMPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Cortiça	feixes	1:067	1:980	8:910\$000

N'este porto não houve commercio de exportação para Portugal e seus dominios.

Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO

QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Ingleza	2	276	14

Procedencia

PORTOS DA PROCEDENCIA	NUMERO DE NAVIOS
Setubal	1
Faro	2

Vice-consulado de Portugal em Portsmouth, em 31 de dezembro de 1859. Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Movimento commercial do porto de Dartmouth

IMPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Sal	toneladas	200	200	900\$000

EXPORTAÇÃO

OBJECTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	VALOR EM MOEDA DO PAIZ LIBRAS	VALOR APROXIMADO EM RÉIS
Peixe	quintaes	7:250	4:350	19:575\$000

Movimento por bandeira

IMPORTAÇÃO

QUALIDADE DA BANDEIRA	NUMERO DE NAVIOS	TONELAGEM	TRIPULAÇÃO
Ingleza	3	585	34

Procedencia

PORTO DA PROCEDENCIA	NUMERO DE NAVIOS
Porto	1

Destino

PORTO DE DESTINO	NUMERO DE NAVIOS
Porto	2

Vice-consulado de Portugal em Dartmouth, em 31 de dezembro de 1859.

Está conforme. — Repartição do commercio e industria, em 23 de março de 1860. — João Palha de Faria Lacerda.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da entrada, saída, existencia, e preços dos cereaes em abril de 1860, nos dias abaixo designados

Mapa da Situação, Saida, Existencia, e Preços dos Grãos em 1899, nos Armazéns de Realizaçào											
	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA		
	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	
Dia 4.....	(Entrada, nacionaes	20	48	—	—	—	—	—	—	19	—
	Idem, estrangeiros	1:067	4	—	—	—	—	—	—	—	—
	Saida, nacionaes	16	21	16	—	30	28	23	—	—	—
	Idem, estrangeiros	545	—	—	—	161	—	—	—	—	—
	Existencia.....	22:750	59	852	31	1:291	29	844	25	489	4
Preços.....	620 a 780		360 a 400		400 a 480		410 a 490		—		
» 7.....	(Entrada, nacionaes	208	45	22	13	146	6	1	30	14	5
	Idem, estrangeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Saida, nacionaes	13	—	24	34	299	45	—	—	18	5
	Idem, estrangeiros	425	4	—	—	10	—	16	—	—	—
	Existencia.....	22:469	2	864	44	1:177	5	829	55	493	4
Preços.....	620 a 780		360 a 420		440 a 480		—		—		

SECCÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

Recurso n.º 773—recorrente, Manuel Damaso de Jesus—recorrido, a junta creada por decreto de 8 de abril de 1842, do distrito do Funchal—relator, o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado, pela secção do contencioso administrativo, sobre o recurso que Manuel Damaso de Jesus interpoz do accordão proferido, em 11 de fevereiro de 1857, pela junta creada na ilha da Madeira por decreto de 8 de abril de 1842;

Mostra-se que o recorrente arrematou em hasta publica na alfandega do Funchal, no dia 4 do referido mez, no estado em que se achava com seus mactos e aprestos o casco do bergantim portuguez "Triunpho", que tinha naufragado dias antes na praia da freguezia da Magdalena, concelho da Ponta do Sol;

Mostra-se que pouco depois requereu o recorrente ao director da alfandega, allegando nulidade da arrematação, pois que o objecto arrematado já tinha sido inteiramente destruido pelo mar no dia antecedente áquelle em que a alfandega lh'o vendeu, circumstancia que então em rasão da distancia lhe era impossivel conhecer, e pedindo a restituição do preço com que já tinha entrado no cofre da mesma alfandega;

Mostra-se que, sendo indeferido este requerimento, recorreu o comprador para a sobredita junta, a qual no mencionado accordão se negou a tomar conhecimento d'esta questão, com o fundamento de que ella não versa sobre negocio fiscal, mas só sobre um contrato entre particulares.

O que tudo visto, e sendo ouvidos assim o conselho de districto e a junta recorrida, como a final o ministerio publico;

Considerando que o decreto de 8 de abril de 1842, creando na cidade do Funchal a junta recorrida, para conhecer dos despachos do director da alfandega, apenas lhe concedeu uma jurisdição provisoria, com livre recurso para o ministerio dos negocios da fazenda;

Considerando que, nos artigos 6.º e 7.º do regulamento de administração publica de 29 de dezembro de 1849, se estabeleceu como regra geral, que nas materias contenciosas relativas ás alfandegas, o recurso para o ministerio dos negocios da fazenda deve ser interposto perante o conselho da direcção geral das alfandegas e impostos indirectos, e que é das decisões d'esse conselho que compete recurso para o conselho d'estado;

Hei por bem, conformando-me com a referida consulta, não tomar conhecimento do sobredito recurso como illegal e incompetente.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 15 de fevereiro de 1860. —REL.—*Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 29 de fevereiro de 1860.—*Nuno José Gonçalves.*

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 12 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

Recurso n.º 819—recorrente, o ministro e mais officiaes da mesa da veneravel ordem terceira de S. Francisco do Porto—recorridos, Francisco Gonçalves de Aguiar e outros—relator o ex.º conselheiro José Joaquim dos Reis e Vasconcellos.

Sendo-me presente a consulta do conselho d'estado na secção do contencioso administrativo sobre o processo, em que são recorrentes o ministro e mais officiaes da mesa da veneravel ordem terceira de S. Francisco do Porto, e recorridos Francisco José Gonçalves de Aguiar e outros;

Mostra-se que tendo-se procedido á eleição da mesa que devia servir no anno de 1857 a 1858, e havendo os recorrentes representado ao governador civil contra a validade d'essa eleição, e sendo previamente ouvidos os recorrentes, e á vista de informações competentes, o dito magistrado com o voto consultivo do conselho de districto, e fazendo uso da faculdade que lhe confere o artigo 226.º, n.º 2.º, do código administrativo, annullára, por alvará de 15 de junho de 1857, a referida eleição, e mandára proceder a outra de novo;

Mostra-se que d'esta decisão se interpoz o recurso, cujos fundamentos são deduzidos na petição fl. 2, allegando-se que os defeitos e vícios da eleição a não invalidavam, e que não era segundo o citado artigo do código, mas sim segundo o artigo 280.º, n.º 4.º, que o governador civil devia resolver a questão justamente com o conselho de districto, como tribunal administrativo. Estes fundamentos são impugnados a fl. 36 pelos recorridos, o governador civil sustenta as razões enunciasdas no accordão, e os recorrentes a fl. 51 insistem n'aquelles fundamentos da sua petição.

O que tudo visto: Considerando que o governador civil na decisão que tomou, ouvindo o conselho de districto, como corpo consultivo, procedera na conformidade das suas attribuições designadas no citado artigo 226.º, n.º 2.º, do código administrativo, e que d'essa decisão, se resultasse offensa dos direitos dos recorrentes, só poderia caber recurso no caso, que se não dá, de haver previamente sido estabelecido o contencioso administrativo nos termos legais;

Hei por bem, conformando-me com a consulta, em que interveiu o ministerio publico, declarar incompetente o recurso.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 24 de fevereiro de 1860. —REL.—*Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antônio de Robredo.*

Está conforme.—Secretaria do conselho d'estado, em 12 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro visconde d'Alfegs, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 7 de março proximo passado, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 20 de fevereiro do corrente anno do teor seguinte:

Tomando em consideração a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, sobre o recurso n.º 139 do recrutamento de 1859, em que é recorrente João Pereira da Veiga, da freguezia de Salto, concelho de Mont'Algre, districto de Villa Real;

Hei por bem, em vista da disposição do artigo 35.º da lei de 27 de julho de 1855, annullar o accordão recorrido do conselho do dito districto, por ter conhecido indevidamente da reclamação interposta da decisão da camara municipal respectiva, quando para isso não tinha competencia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 20 de fevereiro de 1860. —REL.—*Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antônio de Robredo.*

Para constar, e para os fins designados no artigo

40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 2 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro visconde d'Alfegs, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 7 de março proximo passado, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 22 de fevereiro do corrente anno do teor seguinte:

Tomando em consideração a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, sobre o recurso de recrutamento n.º 59, do anno de 1859, em que é recorrente Antonio Gonçalves, da freguezia da Villa da Ponte, concelho de Monte Alegre, districto de Villa Real;

Hei por bem, em vista da disposição do artigo 35.º da lei de 27 de julho de 1855, annullar o accordão recorrido do conselho de districto, por ter conhecido indevidamente da reclamação interposta da decisão da camara municipal respectiva, quando para isso não tinha competencia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860. —REL.—*Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antônio de Robredo.*

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 2 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro visconde d'Alfegs, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 7 de março proximo passado, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 22 de fevereiro do corrente anno do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, sobre o recurso de recrutamento de 1859, n.º 158, em que é recorrente Antonio Rafael, por seu filho João, do lugar da Charneca, concelho de Almada, districto de Lisboa;

Hei por bem denegar provimento no dito recurso por ter sido interposto fora do prazo legal.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 22 de fevereiro de 1860. —REL.—*Antônio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antônio de Robredo.*

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 2 de abril de 1860.—*José Gabriel Holbeche,* secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO N.º 3226

RELATOR O EX.º CONSELHEIRO GRADE

Nos autos civis, vindos da relação do Porto, recorrentes, o barão de Provezende, e outros, recorridos, D. Monica Augusta de Barros Barata, e marido, se proferiu o accordão seguinte:

Accordam os do conselho no supremo tribunal de justiça, etc.

Considerando que, tendo a recorrida a inquirir testemunhas de fora da comarca, não juntou o rol d'ellas com o libello, mas muito depois, com infracção do artigo 268.º da reforma judiciaria, que só permite a substituição posterior de algumas testemunhas nos casos de ausencia, fallecimento, ou impossibilidade, com as cautelas e restricções que designa no § 2.º;

Considerando que, nos termos do artigo 306.º da reforma, a regra estabelecida no citado artigo 368.º se firma, quanto ás testemunhas que têm de ser inquiridas fora do julgado, por isso que só amplia a apresentação do rol das testemunhas no cartorio do escripto até ao dia em que se annuncia a abertura da audiencia geral, quando ellas forem moradoras no mesmo julgado em que o elle corre;

Considerando que uma similante irregularidade, contra a qual se protestou nos autos, respeitando a um acto essencial, cuja preterição por ser em materia de provas induz nulidade, nos termos da lei em vigor; annullam o processo desde o libello a fl. 6 v., e mandam que os autos baixem ao juizo de direito de primeira instancia para os effeitos convenientes.

Lisboa, 13 de março de 1860.—Grade, vencido —Caldeira—Ferrão.

Está conforme.—Secretaria do supremo tribunal de justiça, 29 de março de 1860.—O secretario, *José Maria Cardoso Castello Branco.*

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da camara municipal do conselho de Monção, no anno economico de 1851 a 1852, se proferiu no tribunal de contas o accordão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que, importando a receita da camara municipal do conselho de Monção, no anno economico de 1851 a 1852, a quantia de 2:265:500 réis, segundo o orçamento aprovado pelo conselho de districto respectivo, não compete a este tribunal o seu julgamento; e mandam que o processo seja remetido ao governador civil do districto de Vianna para fazer julgar a conta competentemente.

Tribunal de contas, 27 de março de 1860.—Sampaio, relator.—Lobo—Paiva Pereira—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do conselho de Oliveira de Azemeis, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o accordão do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que vistos os orçamentos geral e suplementar a fl. 7, e fl. 9, da receita e despesa da camara municipal do conselho de Oliveira de

Azemeis, do anno economico de 1852 a 1853, em que o rendimento proprio d'esse anno se computa na importancia de 2:519:800 réis; vista a disposição do n.º 2.º do artigo 11.º do decreto organico de 19 de agosto de 1859, que tão somente submete á jurisdição d'este tribunal as contas das camaras municipais cujo rendimento exceder a 4:000:000 réis; não compete por tanto ao mesmo tribunal o julgamento da de que se trata no presente processo.

Tribunal de contas, 27 de março de 1860.—Paiva Pereira, relator.—Correia Caldeira—Sampaio—Lobo.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—*Cetano Francisco Pereira Garcez.*

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 16 do corrente mez, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento de massas para tres mezes, que se calcula em 145 arrobas, com as condições que estarão patentes n'aquelle acto, e que desde já podem ver-se na contadoria do dito estabelecimento.

Outrosim manda annunciar que no dito dia, e pelas mesmas horas, se procederá a compra, tambem em praça publica, de 200 metros de panno de mescla, e de 320 de baeta, devendo aquellas fazendas ser escolhidas d'entre as que os concorrentes apresentarem no acto da praça, e que sejam conformes com as amostras, que desde hoje podem ser examinadas no deposito geral da fazenda do referido hospital.

Contadoria do hospital de S. José, 11 de abril de 1860.—O official maior, *Manuel Cesario de Araújo e Silva.*

REAL HOSPITAL DE INVALIDOS MILITARES EM RUNA

Na conformidade do artigo 5.º do decreto de 29 de dezembro de 1849, publicado no ordem do exercito n.º 4, de 1850, se annuncia que está aberto o concurso para se preencher o numero de invalidos, admissiveis n'este estabelecimento no anno economico de 1860 a 1861, com os officiaes e praças de pret, qualquer que seja a sua situação, que tenham algumas das condições expressas no artigo 2.º do mesmo decreto.

Os individuos que desejarem obter esta collocação deverão remetter pelas vias competentes até ao dia 15 de maio proximo, á secretaria de estado dos negocios da guerra, os seus requerimentos, que serão acompanhados de certidão authentica, extrahida do livro de registro do corpo, ou repartição, em que o pretendente se achar servindo, ou tiver ultimamente servido, e devidamente informados pelas autoridades a que o candidato estiver sujeito, e a quem incumbem mostrar que o supplicante, pelo seu comportamento e regularidade de vida, não pôde perturbar o socego do estabelecimento, em que pretende ser admitido.

Real hospital de invalidos militares em Runa, 31 de março de 1860.—*Manuel Paes Coelho,* major, secretario.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Plano para a segunda extracção da loteria do segundo trimestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela administração da santa casa da misericórdia d'esta corte, pelo methodo e com as formalidades prescritas no decreto de 28 de fevereiro de 1855, publicado no *Diário do Governo* n.º 70, de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1858, publicado no *Diário do Governo* n.º 7, de 8 de janeiro de 1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no *Diário do Governo* n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 30:000:000 réis, formado de 6:000 bilhetes (dos n.ºs 1 a 6:000), a 5:000 réis cada um em metal, e na mesma especie sairão os premios abaixo descriptos, liquidos de 12 por cento, em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos enfermos do hospital de S. José, dos orphãos da casa pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos negocios do reino, em portaria de 27 de maio de 1854 e decreto de 5 de outubro de 1858.

PREMIOS

1 de	7:000:000	7:000:000
1 de	2:000:000	2:000:000
1 de	1:000:000	1:000:000
1 de	600:000	600:000
1 de	400:000	400:000
1 de	300:000	300:000
3 de	200:000	600:000
20 de	100:000	2:000:000
1:930 de	6:400	12:352:000
1 ao numero que se extrahir depois de tirados os mais premios		148:000

1:960 premios

4:040 brancos

6:000 bilhetes que a 5:000 réis importam de 30:000:000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos réis 26:400:000

Dos premios acima se descontará no acto do pagamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados de chancellaria por um dos adjuntos da administração da mesma santa casa e pelo thesoureiro geral.

A venda terá logar no dia 16 do corrente mez de abril, desde as 9 horas da manhã até ao meio dia, e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos referidos decretos de 30 de dezembro de 1858 e 23 de março de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, repartição publica, estabelecimento ou corporação, que pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria, deverá no dia em que este plano for publicado no *Diário de Lisboa*, e nos dois seguintes, solicitar em qualquer das administrações de bairro d'esta cidade senhas para o numero de bilhetes que desejar, e sómente as pessoas munidas com as referidas senhas serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no dia e ás horas acima designadas, conforme for declarado nas respectivas senhas. Aquellas que não comparecerem no dia designado na respectiva senha, e dentro da hora marcada, perderão o direito aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá logar no dia 25 do dito mez de abril de 1860, sendo precedida, na forma do estylo, da entrada das espheras nas rodas, que se fará em acto publico n'aquelle mesmo dia ás 9 horas da manhã. Finda a extracção se fará em acto successivo, e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das rodas todas as espheras que representam os numeros, e na outra somente as que designam os premios, com exclusão das espheras brancas; sendo os premios minimos indicados com a letra —M— nas espheras que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 18 de abril de 1836, prescreverão a favor dos expostos d'esta corte os premios da presente loteria, que não forem exigidos no prazo de 5 annos, contados do dia em que findar a extracção.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 13 do corrente, para Gibraltar e Genova, o vapor inglez *Cora Linn.*

A correspondencia será lançada na caixa geral até á 1 hora, e na da estação postal do Terreiro do Paço até á 1 e meia hora da tarde do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa

se faz publico que sairá a 16 do corrente, para a Madeira, o vapor *Visconde de Athouga.*

A correspondencia será lançada na caixa geral até ao referido dia, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 12 de abril de 1860.—O administrador, *Luiz José Botelho Seabra.*

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DO PORTO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio do Porto, no mez de março de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DO PORTO						
De posta interna	637	1:469	18	—	—	—
Do reino e illas	49:686	16:694	945	467	2:727	162
De Hespanha	—	—	1:920	1:059	—	—
D'além dos Pyreneos	—	—	1:038	1:248	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	7	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	1:850	1:03	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	1:730	1:438	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	5	11	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	5:294	164	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e illas	100:282	126:369	3:130	3:077	2:775	127
Para Hespanha	—	—	7:435	910	—	—
Para além dos Pyreneos	1:045	640	10	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	1	—	—	—
Para o Brazil, por navios	2:104	307	697	753	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	4:658	194	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	91	—	856	83	—	—
Para ditos, por vapores	—	—	266	17	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	4	1	—	—	—	—
	158:507	145:674	25:202	9:330	5:502	289
No mez de março de 1859 o movimento da correspondencia foi de	139:601	127:753	25:490	8:454	5:157	329

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 18 cartas de posta interna, não selladas, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueadas com o sello de 25 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sello existem por expedir as 10 cartas para além dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as do Porto, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio do Porto, em 1 de abril de 1860.—O administrador, *Manuel Joaquim Lobo.*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 20 do corrente, pelo meio dia, ha de o conselho de administração de marinha, em praça publica, na sala das suas sessões, contratar a compra de 100 colchões e travesseiros de lã, para uso da marinhagem dos navios da armada.

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho pôr de novo em arrematação a compra de 786.º, 76 de panno azul ferrete, igual á amostra, que será presente n'aquelle acto.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 12 de abril de 1860.—O secretario, *Antônio Joaquim de Castro Gonçalves.*

PARTE NÃO OFFICIAL CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 12 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES
Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 66 srs. deputados. O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

</

E todavia, apesar de alguns seus defeitos, não tornemos a culpa a pobre lei, por uma razão muito simples: ainda não foi submetida à prática, senão na sua parte odiosa para os povos, e onerosa para o estado.

Mas que motivos poderosos têm influido para que o resultado fosse tão outro do que se esperava? Sejam quaes forem, o ponto está em os afastar, e n'este intuito elaborei, e tenho a honra de submeter à vossa consideração, o projecto de lei, cujas disposições vou já referir.

A leitura de cada uma d'ellas dará logo a medida sufficiente da sua justiça; mas, a despeito d'isso, não me quero poupar a apresentar-vos a razão das principaes.

A prohibição da accumulção das funcções do engenheiro das obras do Mondego com outro qualquer cargo é conforme á nossa lei de 30 de julho de 1844, e á lei social que não tolera que a poucos se deem officios (que são tambem direitos civis) que podem e devem, no sentido do bem publico, ser distribuidos por muitos, e á aptidão pessoal que não é inextinguivel, e por via de regra equivale somente á satisfação das obrigações de um só emprego.

A junta geral do districto de Coimbra já no passado anno consultou, se me não engano, sobre este mesmo ponto.

O pagamento pelo cofre das obras dos ordenados devidos é uma boa regra de administração, que deve implantar-se uma vez por todas entre nós; basta ter o merito de se saber assim o que se dispõe n'um ramo qualquer do serviço publico, o de não acobertar n'outras despesas talvez superfluas, e por fim o de poder pezar-se se a funcção é retribuida com excesso, ou escaçamento.

A gratuidade das funcções dos vogaes não technicos da junta está na regra geral de todas as funcções electivas, á qual convém não fazer excepções, que esfriem o verdadeiro patriotismo, por sua natureza mesmo desinteressado, que só aconselhou e dirigiu a escolha dos electores. Demais é de esperar que haja quem se preste sempre e de boa mente a estes serviços publicos e gratuitos, durante um biennio, quando nos immediatos ou é dispensado e pôde dispensar-se de propria vontade, mesmo para dar lugar á reavocação por outros, que procuram ser uteis a seus concidadãos em qualquer parte do serviço publico, estabelecida assim uma benéfica emulação.

A retribuição, quando os vogaes referidos saem da sede da junta, justifica-se com ser não a paga do trabalho, mas a compensação das despesas que a saída occasiona.

Quanto ao conselho de administração é assaz que se reuna uma vez ao anno, como está disposto pelo codigo administrativo a respeito da junta geral. Examinada então a gerencia da junta, o votado o orçamento do anno corrente, logo nos primeiros dias d'elle, não se vê motivo para que haja de reunir-se outra vez durante o mesmo anno.

A abolição do compascuo é uma necessidade imperitvel; sem ella não pôde haver nem gados nem agricultura. É verdade que alguns a repellam, mas, na generalidade, são principalmente aquellos que não osam combater um abuso, porque é inveterado. Se o compascuo distribuisse a cada proprietario a parte proporcional que lhe compete no campo commum, ninguém o desceria, porque todos teriam a perder. Mas porque isso é impossível, antes os presentes lucram o quinhão dos ausentes, e os poucos, que tem gados, participam do dividendo dos muitos que o não podem ter, está n'isto a razão por que o compascuo encontra defensores decididos.

Porém basta, que a vossa consideração supprirá o que, por brevidade, cumpre omitir.

Artigo 1.º O director das obras do Mondego, seus afilientes, e campos adjacentes, que pelo artigo 5.º da lei de 16 de agosto de 1856, deve ser um engenheiro nomeado pelo governo, terá a habilitação de engenheiro hydraulico, e não poderá accumular outro qualquer emprego.

§ 1.º O seu ordenado annual é de 600\$000 réis, ou se for militar, e á sua escolha, o soldo que lhe couber pela patente, com a gratificação de 200\$000 réis, pagos pelo cofre das obras, como os demais funcionarios, ficando assim alterado o disposto no artigo 16.º da lei de 16 de agosto, referida já.

§ 2.º A cavalgadura e forragens só lhe serão abonadas nos dias em que sair, fora de Coimbra, em serviço.

Art. 2.º Os empregados technicos, que o governo nomear, além do engenheiro, perceberão igualmente pelo cofre das obras os ordenados, que o mesmo governo é autorisado a fixar-lhes, com tanto que não excedam, sendo elles militares, o soldo e gratificação da patente, ou 120\$000 réis annuaes, quando esta lhe não couber no serviço do exercito, ficando d'este modo alterado o disposto no artigo 19.º da lei de 16 de agosto.

Art. 3.º A junta administrativa serve por dois annos, do mesmo modo que o conselho, ficando assim alterado o disposto no artigo 13.º da lei de 16 de agosto.

§ 1.º Será seu presidente um dos dois vogaes não technicos, nomeado por alvará do governador civil.

§ 2.º A junta terá uma sessão ordinaria por semana, no dia por ella designado, e extraordinarias todas as vezes que algum de seus membros ou o governador civil o exigir.

§ 3.º Não é permitida a reconducção d'estes mesmos; mas sendo eleitos ou nomeados decorrido o biennio immediato áquelle em que serviram, podem, querendo, aceitar o encargo.

§ 4.º No caso de impedimento legitimo de seus membros, são chamados a substitui-los os do biennio precedente, depois os do immediato anterior a este, e assim successivamente.

§ 5.º As suas funcções são gratuitas, mas por cada dia que saírem em serviço, fora de Coimbra, se lhes abonará, a título de despesas, a quantia de 1\$500 réis, ficando d'este modo alterado o disposto no artigo 16.º da mesma lei.

Art. 4.º A junta administrativa apresentará ao conselho no primeiro dia da sessão annual um relatório referendo o estado das obras, a execução dada a todas as deliberações legais do conselho, e as propostas das medidas que devam adoptar-se; e ao mesmo tempo as contas do anno findo, e o orçamento da receita e despesa do anno corrente, ficando assim declarado o disposto nos artigos 15.º e 17.º da lei de 16 de agosto.

§ unico. As obras que forem propostas serão acompanhadas das plantas respectivas, sempre que isso for mister, ficando d'este modo ampliado o artigo 17.º da lei referida.

Art. 5.º A junta nomeará os mestres de villas, e guardas do encanamento, que julgar indispensaveis, até o numero de seis aquellos, e estes até o de trinta e seis, ficando assim alterado o disposto no artigo 22.º da lei de 16 de agosto.

Art. 6.º O conselho de administração tem uma só sessão annual de quinze dias uteis consecutivos, que começará no dia 2 de janeiro de cada anno.

§ 1.º Os vogaes que faltarem ás sessões diarias, não fazendo constar n'esse acto, por documento authenticado, a impossibilidade de comparecerem por doença, ou por incompatibilidade com outro serviço publico, pagarão cada um e por cada uma a multa de 2\$000 até 4\$000 réis, segundo o grau de negligencia que mostrarem.

§ 2.º O secretario da junta é obrigado, sob pena de perdimento do officio, a enviar ao delegado do

procurador regio, dentro dos tres dias seguintes, uma copia authentica, extrahida do livro das actas, de onde constam as faltas, lançando em cota á margem do mesmo livro, como assim o fez.

§ 3.º Só poderá relevar da multa a apresentação no tribunal dos documentos de que trata o § antecedente; mas mesmo assim o negligente pagará as custas ex-causa.

§ 4.º O secretario é obrigado a lavrar a acta de onde constam as faltas, mesmo quando não tenha reunido o numero indispensavel de vogaes para poder haver sessão, a qual será assignada por todos os presentes.

Art. 7.º O vogal do conselho proprietario e substituto, eleito por mais de um circulo, prefere por aquelle onde saiu proprietario, e se saiu só proprietario, ou só substituto, por mais de um circulo, prefere successivamente por aquelle por onde tem naturalidade, ou residencia, ou maior numero de votos.

§ unico. A vacatura preenche-se no circulo ou circulos respectivos por nova eleição.

Art. 8.º É caso de empate, e por isso de decisão pelo voto de qualidade do presidente, somente quando houve tantos votos para um lado, como para o outro, contado o do presidente que é sempre obrigado a votar, ficando d'este modo declarado o artigo 8.º da lei de 12 de agosto, e o artigo 101.º do codigo administrativo.

Art. 9.º É abolido o compascuo nos campos do Mondego, mas é permitido aos proprietarios e cultivadores, o apascentar nos predios que possuem, ou fabricam, toda a qualidade de gado, com tanto que os tenham tapado com sebe ou vallado, e conduzam o gado preso, e sem ser em rebanho, pelas estradas publicas e serventias particulares, ficando assim corroborado o artigo 47.º, e alterados os artigos 37.º, 48.º, 49.º e 52.º n.º 3.º, da lei de 16 de agosto.

Art. 10.º É permitida a tapagem de todos os predios, mesmo que não tenham duas geiras de terra, ficando assim alterado o disposto no artigo 46.º § 1.º da lei de 16 de agosto.

Art. 11.º O gado que for achado pastando livremente em rebanho de mais do que 10 cabeças será apprehendido, vendido em hasta publica perante o juiz respectivo, e o producto entregue no cofre da junta.

§ 1.º Mas se for menos do que 10 cabeças, pagará somente a multa de 100 réis por cada cabeça, sendo suino, lanigero, ou caprino, e 200 réis sendo bovino, muar, cavallar e asinino, afóra o damno causado.

§ 2.º Metade do producto da venda e multa, pertence aos apprehensores.

Art. 12.º As concessões de aguas de que tratam os artigos 41.º e 52.º n.º 2.º da lei de 12 de agosto serão gratuitas, e sempre revogaveis.

Art. 13.º É applicado para as obras do rio Mondego, e seus afilientes, o producto de todas as barcas de passagem, desde a ponte de Coimbra até á foz d'elle, ficando assim declarado o artigo 52.º n.º 4.º da lei de 16 de agosto.

Art. 14.º O imposto territorial vigora desde já, e em quanto for necessario será annualmente de 30 até 50 réis por aguilhada, e lançado directamente pela junta, ficando d'este modo declarados os artigos 52.º n.º 7.º, 53.º e 55.º da referida lei.

§ unico. Serão isentos do imposto os terrenos improductivos, por estarem areiados, e reduzidos a pantanos ou pães, em quanto o estiverem.

Art. 15.º O thesoureiro nomeará sob sua responsabilidade pessoa idonea, que faça a cobrança nas cabeças dos concelhos, fora de Coimbra, e por isso se lhe abonará mais 1 por cento, além do actualmente tem, ficando assim alterado o disposto no artigo 21.º da lei de 16 de agosto.

Art. 16.º As declarações, que os proprietarios são obrigados a fazer do numero de aguilhas que possuem, terão logar para o primeiro lançamento perante as administrações dos concelhos, que os devem remetter ás juntas. Nos lançamentos seguintes quaisquer rectificações só poderão fazer-se perante a junta.

§ unico. O proprietario que não satisfizer a similhantes declarações, além da imposição dobrada, perde o direito de reclamar, salvo o direito contra terceiro, quando houver pago por este, ficando assim ampliado o artigo 55.º da lei de 16 de agosto.

Sala das sessões da camara dos sr. deputados, em 2 de abril de 1860.—O deputado pelo circulo n.º 71, 1.º de Coimbra, Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Oeiras—Conforme diz hoje a *Discussão*, é notavel o progresso que vae tendo a construcção da estrada que d'esta villa segue para Cascas. O jornal citaz votos para que se continue a auxiliar tão importante melhoramento, de que resultarão extraordinarios beneficios para os habitantes dos dois concelhos que aquella estrada atravessa, e singularmente para a villa de Cascas.

Almeida—Na correspondencia que d'esta villa é regularmente dirigida ao *Viriato*, jornal de Vizen, dá-se noticia, pela forma seguinte, de um crime atroz, committido nas proximidades da villa:

«No domingo de Ramos presenciaram os habitantes de Almeida um d'aquelles crimes que revoltam a natureza.

«Eis o caso:

«Dormia socegradamente em uma choca, extramuros da praça, e a dois tiros de fuzil d'esta, um pastor com sua mulher; por onze horas da noite que precedeu áquelle dia, tres seculares, tambem pastores, naturaes de Val de la Mulla, dois d'elles casados na aldeia da Junça, dirigiram-se cautelosamente e descalços á referida cabana, na intenção de assassinar o pastor, por desintelligencias que am elle tinham tido no mercado de 8 de março. A mulher que, por fatalidade, se achava deitada mais proximo da entrada da choca, recebeu, de um dos assassinos, uma forte pancada na cabeça, que, esmagalhando-lhe o crânio, instantaneamente lhe tirou a existencia; o marido, despididamente espantado, gritou por soccorro, e acudindo alguns pastores que se achavam proximos, pôde escapar-se com o braço direito fracturado, evadindo-se n'esta occasião os malfeitores.

«As queixas do ferido, a entrada do cadaver mutilado n'esta praça, contrastando com a solemnidade do dia, poz em alarme e consternação todos os seus habitantes; mas pelas bem acertas medidas das autoridades, foram, no mesmo dia, presos uns após outros os criminosos; tornando-se por isso credores dos maiores elogios os srs. Antonio Maria da Costa e Fonseca, juiz ordinario; Francisco Bernardo da Costa, substituto do administrador do concelho; Manuel do Nascimento Medeiros, sub-delegado do procurador regio; e Francisco de Assis Freitas e Lima, de quem o ferido era pastor: a desgraçada victimina de tanta barbaridade estava grávida, tornando-se por isso duplo o assassinato. Os facultativos fizeram o competente exame de corpo de delicto, o processo segue os seus tramites, e esperamos da rectidão da justiça um prompto e exemplar castigo a tanta atrocidade.»

Castello Branco—No seu noticiario agricola dá o *Archivo Rural*, a seguinte noticia sobre o estado das sementeiras n'este districto com referencia ao dia 31 de março ultimo:

«As searas de trigo tempoão, cevada e centeio, apresentaram um aspecto pouco lisonjeiro pela falta de chuvas que tem havido, igualmente tem prejudicado as sementeiras do trigo tremez, milho e legumes e bem assim as pastagens dos gados.»

Porto—No domingo, 8 do corrente, appareceu sobre o lado ao pé do caes da alfandega em Massarelos, diz o *Comercio* no Porto, o cadaver do moço da barca *Ourense*, que se tinha afogado na sexta-feira ás 8 horas da noite. Chamava-se Joaquim, e era de Lordello do Oiro. Estava ha cousa de vinte dias a bordo, e ainda não tinha feito viagem alguma.

—Hontem 9, de manhã, diz ainda o mesmo jornal, saiu para o pasto, com os bois, um rapaz, moço do regedor de S. Cosme. No local onde trazia os bois a pastar ha um poço, com pouca agua, que estava coberto com lages de lousa. O rapaz subiu acima do poço, e com o seu peso partiu-se uma das lages.

O rapaz caiu dentro, e com tanta infelicidade que indo com elle a lages quebrada lhe bateu na cabeça e feriu por modo que logo morreu.

—Uma folha portuense dá nos seguintes termos noticia da vida e morte do dr. Ignacio Manuel de Lemos, que em Lisboa fôra um dos que mais se empenhara na fundação do consultorio homoeopatico lisboense, sendo igualmente um dos primeiros redactores do jornal que o mesmo consultorio ainda publica:

«Falleceu na America, na Parahiba do Norte o sr. dr. Ignacio Manuel de Lemos, medico homoeopata distincto, e mui conhecido por seus escriptos scientificos e litterarios. Era natural d'esta cidade do Porto, aonde publicou a sua ultima obra *Guia do viajante na Europa*, a qual attesta o seu muito saber e o proveito que soube tirar de suas viagens. Doutorou-se em medicina na universidade de Giesen, sendo a homoeopathia o ramo das sciencias medicas a que consagrou particular attenção. A muita paixão pela medicina e o natural enthusiasmo de que era dotado levou-o a Lisboa, aonde, com o auxilio de seus collegas e amigos ajudou a fundar o consultorio homoeopatico lisboense, que sustentou, em quanto n'elle esteve, com brilhante successo, obrando curas nas quaes ainda hoje se falla e que por certo nunca esquecerão. O sr. dr. Ignacio Manuel de Lemos era intelligente e perspicaz, franco e generoso, e alem d'isto dotado de um caracter mui pacifico e bondoso, que o tornava um verdadeiro medico á cabeceira dos doentes. Deus lhe accite e compense os seus muitos sacrificios em favor da ciencia e da humanidade.»

Regua—Tratando das grandes vantagens que ao commercio vincula resulta do estabelecimento do telegrapho electrico n'esta villa, e das que ainda lhe podiam provir da construcção de um caminho de ferro entre o Porto e a Regua, escreve o correspondente do *Jornal do Porto* da mesma localidade os seguintes paragrafos na sua correspondencia datada de 8 do corrente:

«O commercio d'esta villa em pouco tempo reconhece a vantagem da estação telegraphica aqui collocada; e o governo não tardará muito que conheça a sua utilidade pela verba a que o rendimento se ha de elevar.

«O espaço que media entre o Porto e a Regua, que não é menos de 22 leguas, é hoje percorrido de momento a momento pela electricidade, a qual, approximando o comprador do vendedor, realisa em poucas horas importantes vendas de vinhos, para ultimar as quaes ainda não ha muito eram precisos dias.

«Se a par d'este grande melhoramento uma via ferrea ligasse o Porto com a Regua, esta villa auferiria grandes vantagens, e não menos toda a provincia de Traz os Montes. So uma via accelerada fizesse convergir os diversos productos de cima do Douro ao mercado do Porto, o commercio da segunda cidade do reino havia de progredir n'uma escala ascendente, porque a Regua, centro das operações commerciaes de duas provincias, ficava sendo um importante bairro d'aquella cidade, que pela sua posição topographica seria a sede das grandes operações mercantis que as casas commerciaes estrangeiras e nacionaes tivessem de fazer com relação a vinhos, poupando d'este modo grandes despesas.»

Villa do Conde—O *Comercio* do Porto, publica a lamentavel noticia que em seguida transcrevemos: «No dia 6 do corrente, de tarde, naufragou nas pedras da Aguadoeira, a 10 kilometros ao norte de Villa do Conde, o brigue francez *Alfred*, capitão Gantier, procedente de Gigenti com destino para Dieppe com carga de enxofre.

«Salvou-se a tripulação, que constava de 8 pessoas, perdendo-se todo o carregamento e a embarcação.

«Os empregados da alfandega tratavam de arrecadar os fragmentos que o mar arrojava.»

Monção—Segundo escreve a *Razão* la esta villa ser dotada com o importante melhoramento do telegrapho electrico, collocando-se ali uma estação. A camara municipal parece que offerecera os postes para a collocação do fio, e que ainda se promptificara para fazer mais algumas despesas para a sua collocação. É assim que as verações se nobilitam perante os cidadãos que lhes entregaram os importantes negocios do municipio a seu cargo.

Barbacena—No dia 30 do mez proximo passado deu-se começo n'esta villa, junto á igreja de Nossa Senhora do Paço, conforme diz a *Voz do Alentejo*, á edificação de um recolhimento para doze orphãos naturaes d'aquella villa, por disposição testamentaria do ultimo conde de Barbacena Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, que legou o producto liquido de todos os seus bens, depois de cumpridos os encargos, para a sua fundação e sustentação, sendo o testamenteiro Antonio Joaquim Ribeiro, que fôra seu ajudante de ordens, o executor; e o empreiteiro da obra, o architecto de Lisboa José da Costa.

ULTRAMAR

Damão—O *Ultramar*, jornal de Margão de 23 de fevereiro, diz que n'esta praça continuavam a grassar febres intermitentes, principalmente em Damão Pequeno. No dia 7 do referido mez havia ali chegado o cirurgião-mór C. J. Aristides da Costa.

Goa—O jornal citaz de 1 de março proximo passado, diz que na semana anterior tinham entrado no porto d'esta cidade quatro brigues que seguiam viagem para Moçambique. Tambem havia entrado o brigue de guerra *D. João*, trazendo a seu bordo o capitão do exercito de Portugal, José Carlos de Oliveira, com sua familia.

Além das embarcações mencionadas entraram mais trinta e cinco patamarins e saíram trinta e nove.

O *Ultramar* da mesma data ainda publica as seguintes noticias:

«Desde domingo 26 do corrente s. ex.ª o sr. governador geral mudou a sua residencia para o palacio do Cabo.

«O estado atmospherico que indicava nos dias passados a entrada da estação calorosa, mudou desde o dia 25 do corrente, em que recomeçou o frio, e desde então tem continuado o tempo quente de dia, e frio de noite.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 9 do corrente, e de Paris até 7.

Os jornaes hespanhcos publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Turim, 7 de abril.—O general Garibaldi annunciou uma interpellação sobre a questão de Niza. O conde de Cavour respondeu, que como a camara não se achava ainda constituída não podia ser discutida essa questão.

No movimento revolucionario de Messina, segundo diz a *Opinione*, morreram algumas pessoas, ficando outras gravemente feridas.

Paris, 7.—Os jornaes de todas as cores politicas censuram o procedimento do general Ortega.

O general Lamarmora foi bem recebido em Roma, e muito o satisfaz a revista de inspecção que passou ás tropas em Ancona.

São contradictorias as opiniões sobre se haverá ou não conferencias diplomaticas para se decidir a questão suissa.

Paris, 9.—As noticias da Sicilia são contradictorias. As de origem piemontesa dizem que a insurreccção continuava, e as de origem napolitana apresentam a Sicilia em completo estado de tranquillidade.

HESPANHA

O *Diario de Barcelona*, reportando-se aos acontecimentos que precederam a traição do ex-general Ortega, exprime-se nos termos seguintes:

«Ha mezes, quando se declarou a guerra entre Hespanha e Marrocos, um dos nossos correspondentes de Paris, que costuma estar bem informado, nos dizia que o conde de Montemolin havia contratado na Inglaterra um emprestimo de meio milhão de libras esterlinas, que deviam ser pagas por uma casa, cujo nome nos foi igualmente indicado pelo mesmo correspondente. Pouco depois o conde de Montemolin partiu para Paris, e notou-se certo movimento entre a emigração carlista. Quando começou a guerra, vendo qual era o espirito do paiz, e conhecendo que deviam encontrar grande opposição mesmo entre os homens do seu partido, os carlistas desistiram dos seus projectos, ou se continuaram os trabalhos foi em maior segredo, e com menor numero de partidarios.

«Parece que ainda não ha muito tempo se verificaram algumas reuniões em Madrid, e em casa de um celebre personagem; a estas reuniões assistiram os representantes de certas fracções politicas que guerreiam o governo, e muitos dos chefes carlistas. Alguns dos concorrentes declararam positivamente que não queriam tomar parte n'uma aliança carlista, e retiraram-se. Pouco tempo depois, aquelle que havia convocado essas reuniões, e que era, como costuma dizer-se, a alma do negocio, partiu para Paris, onde igualmente tiveram logar varias reuniões do mesmo genero. Foi então que se decidiu que se verificasse um movimento por terra simultaneamente com um desembarque na costa de Valença. Neste ultimo ponto, devia desembarcar o conde de Montemolin e outro chefe carlista.

«O governo hespanhol foi avisado pela policia franceza; porém parece que só lhe constou que o general Ortega tomava parte n'essa combinação, ou quando já não era tempo de o evitar, ou se o soube a tempo, não quiz errar em similhante cousa. É certo que no mesmo dia em que rebentou a revolta se recebeu a noticia de que deveriam ser mandados dois vapores de Marselha, a fim de embarcarem as tropas das Baleares, e que a bordo de um dos vapores se achava um dos principais chefes carlistas. Chegon effectivamente a Palma um navio inglez com uma pessoa que fallava perfeitamente dos outros idiomas estrangeiros, o hespanhol e o catalão. Este individuo declarou que era agente de uma casa ingleza, e que se propunha a metter a bordo uma carga de vinho. Poucos dias depois chegou ao mesmo ponto um vapor francez.

«No dia 29 o general Ortega mandou o *Jaime* 1.º e o vapor francez para Mahon, com o seu ajudante e o sr. Cervero, que levava notas lacradas para o general Bassols. Parece que n'esses documentos Ortega dizia, que embarcasse nos dois vapores o batalhão de provinciales de Tarragona, de que carecia para fazer as honras ao principe de Baviera, e que quando o vapor voltasse enviaria para Mahon o provincial de Mallorca.

«O general Bassols não devia estranhar este movimento de tropas, que, por conveniencia de serviço, já anteriormente havia sido combinado.

«O que provocou algumas suspeitas foi, que tendo ficado por embarcar parte das tropas, a pretexto de que não cabiam no vapor, o general Bassols fez observar ao capitão que, em vista da viagem ser pequena, facilmente se poderiam accommodar os soldados que estavam ainda em terra, a fim de que não se separassem do corpo em que serviam.

A isto respondeu o capitão do vapor francez, que não queria metter mais gente a bordo, porque não sabia se a viagem seria de curta ou longa duração.

«Quando as tropas embarcaram, o general Ortega disse ao capitão do *Jaime* 1.º que seguisse viagem para Fénegar; porém, como na sua carta não se achava marcado este porto, o capitão foi a terra a fim de tomar algumas informações na capitania do porto, sobre aquelle ancoradouro. Depois de desempenhada esta commissão e quando os vapores partiram, deu-se ordem para que ancorassem em S. Carlos de la Rapita. Os vapores hespanhcos, depois de desembarcadas as tropas, seguiram viagem, ficando tão somente no logar de desembarque o vapor inglez e o francez. Rectificaremos os factos á medida que constarem novos promenhos.»

«Recebemos, diz a *Correspondencia de Espana*, noticias fide dignas dos individuos que se acham actualmente presos na praça de Morella, e que tanto têm excitado a curiosidade publica por se suppor que são Montemolin e o seu irmão. Por informações do proprio alcaide de Morella consta que os presos são tres e declararam chamar-se: D. Mariano Montaner, D. Epifanio Perez Bustello e D. Ramon Edo.

«Entre as pessoas presas em Burgos, diz uma folha de Madrid, em consequencia da malograda conspiração carlista, se acha o capellão do sanctuario de Casilda, D. Eduardo Vega, a quem encontraram um caixão com armas. Este sacerdote que sempre esteve na facção de los Hierros, ficou prisioneiro e ferido no anno de 1849, e foi indultado da pena de morte que lhe impoz o conselho de guerra.

«Do commandante geral das forças navaes de operações se recebeu no dia 7 no ministerio da marinha, o despacho telegraphico que em seguida transcrevemos:

«Praia de Tetuão, 5 de abril ás 7 meia da noite. «Esta manhã ás sete largou d'estas aguas para Malaga, o vapor *S. Quintino*, conduzindo o regimento de Granada, procedente de Ceuta.

«Esta noite sairá para Cadiz o *Minna* com o ultimo terço do trem de sitio e o parque de engenheiros.

«Neste momento sae para Alicante o vapor *Pelayo* com o general D. Henrique O'Donnell. Esta manhã chegou de Malaga o *Douro* com 400 convalescentes.

«Já concluíram a sua descarga o *Estrella* e o *Bareino*, e continuam descarregando os outros navios que conduzião viveres.»

—A *Iberia* e outros periodicos de Madrid declaram que os desejos populares expressamente manifestados, são para que entrem n'esta capital os vencedores de Africa como entraram em Paris os libertadores de Italia.

FRANCA

O general da divisão de engenhearia Frossard, ajudante de campo do imperador dos francezes, membro da commissão das fortificações e da commissão de defeza das costas, chegou ultimamente a Niza, vindo de Paris. O general francez foi encarregado pelo seu governo de uma missão militar, relativa á Niza e ao novo departamento dos Alpes maritimos. A missão tem por objecto especial o estudo das defezas d'esta parte do territorio anexoado, que pela sua situação geographica, adquire para a Franca um interesse particular. (*La Patrie*).

BADEN

N'este grão ducado acaba de ter logar uma crise ministerial, occasionada pela votação da segunda camara, contra a concordata feita no anno ultimo com o papa. A camara, reservando plenamente a liberdade e a independencia da igreja catholica, pediu ao grão-duque que annullasse, ou pelo menos, não povesse em vigor o decreto de 5 de dezembro que contém a bulla papal, e a convenção feita a 28 de junho de 1859 com a santa sé. Em consequencia d'essa votação, os dois ministros, cuja responsabilidade se achava mais especialmente comprometida pela assignatura da concordata, pediram a sua demissão, conformando-se assim strictamente com as tradições e com o espirito do governo parlamentar. (*La Presse*).

INGLATERRA

O *Manchester Guardian* diz que a parte da esquadra da Mancha que está actualmente em Plymouth recebeu ordem para fazer os seus preparativos de viagem, e que ella vae sair immediatamente d'esse porto, com ordens lacradas. Esta divisão naval compõe-se de quatro navios: o *Conqueror*, de 101 bocas de fogo; o *Trafalgar*, de 90; o *Centurion*, de 90; e o *Diadem*, de 32.

MEXICO

As ultimas noticias do Mexico, recebidas pelo paquete *America*, são interessantes. O commodoro Jarvis commandante das forças navaes americanas no golpho do Mexico, atacou nas proximidades do cabo Anton-Lizard, os dois vapores *Miramon* e *Marquez*, que haviam sido expedidos da Havana por Sant'Anna e seus partidarios, a fim de canhonearem por mar a cidade de Vera-Cruz, em quanto o exercito clerical a bombardeasse por terra. Jarvis, depois de combate de curta duração apoderou-se dos navios, e mandou-os ambos para a Nova Orleans, onde chegaram, sobre o commando de officiaes da marinha americana.

Esta intervenção bem pouco prevista, causou, segundo se affirmava, uma grande commoção em Vera-Cruz, tanto entre os residentes estrangeiros, como entre o proprio partido liberal, e obedecendo á pressão da opinião publica, Juarez retirou ao consul dos Estados Unidos o seu *exequatur*. A acção do governo dos Estados Unidos não se limitou a esta demonstração, e á data das ultimas noticias, fallava-se do proximo desembarque de 500 soldados da marinha americana a fim de protegerem os seus nacionaes, por quanto Miramon declarou formalmente que não se responsabilisava pela vida e propriedades dos subditos americanos.

No dia 7 de março este general fez uma tentativa infructuosa contra a cidade, e devia no dia seguinte começar a bombardeala. As suas forças apoderaram-se da cidade de Alvarado. (*La Presse*).

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

ANALISE DO				
INSTRUMENTOS D. L. O. U. V.				
NA ESCOLA POLYTECHNICA				
	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
ANALISE-12	Millimetros	Graus C.	Por 100	Ramos
9 m.	756,38	14,2	49,6	N.
3 f.	754,72	22,1	24,3	E.

placão e 4 passageiros, que são: F. C. Cannell, engenheiro; F. Frederick, fogueiro; C. Cotton, J. Rains, cozinheiros; ingleses.—Destina-se para Cork ou Falmouth, e vem receber carvão. É da força de 60 cavallos.

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, de Malaga em 4 dias, de Gibraltar em 3, e de Cadiz em 36 horas, com vinho, chumbo e mais generos, a H. Juhl; 24 pessoas de tripulação, 1 mala e 43 passageiros.

Espoir, patacho belga, capitão C. Durand, de New-Port em 7 dias, com carvão, a ordens; 7 pessoas de tripulação.

Victoria e Albert, vapor de guerra inglez, comandante o capitão W. Deuman, do Portsmouth em 7 dias, de Gibraltar em 3, e de Cadiz em 18 horas: 400 praças de guarnição, 4 peças montadas. É da força de 600 cavallos.

S. Jorge, hiate portuguez, mestre J. P. Valladares, de Caminha em 4 dias, e de Cezimbra em 3, com vinho e mais generos; 8 pessoas de tripulação.

Rose of Ipswich, escuna ingleza, capitão J. Nicholls, de New-Port em 37 dias, e de Seilly em 8, com ferro a J. R. Blanco; 6 pessoas de tripulação. Providencia, hiate portuguez, mestre A. S. Machado, de Vianna em 2 dias, com milho; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é: Francisco dos Passos de Oliveira Valença, negociante; portuguez.

Os passageiros da barca portugueza *Joven Ermelinda*, entrada hontem neste porto, são: Francisco José Gonçalves dos Santos e sua mulher, João Evangelista Dias Ribeiro, João Ignacio Barcellos, Mathias Rodrigues Silveiras, Manuel Soares Leite, Prudencio Antonio, José Gomes da Silva, negociantes; Manuel Nunes Barbosa e sua mulher, Adelino Martins e sua mulher, comerciantes; Antonio Monteiro, Joaquim da Silva Ramos, Domingos José Lage com tres pessoas de familia, carpinteiros; Antonio Pereira Fermim com duas pessoas de familia, alfaiate; João dos Santos Vieira, Manuel Francisco Dias dos Santos e Silva, ferreiros; José Bernardo Alves da Silva Bastos, Carlos Augusto Trigo da Cunha Mattos, José Pereira, caixeiros; Manuel Bento de Campos e sua mulher, Bernardino Durães, José Ferreira Lino, Joaquim Antonio de Miranda, Valentino Teixeira, Antonio de Campos Pinto, Joaquim Ferreira Roballo, Manuel José de Carvalho, Miguel da Costa, Antonio Teixeira de Magalhães, Antonio Soares do Brito, Victorino de Sousa Pinto, Antonio de Araujo, Caetano José Fernandes, Antonio José Pereira, Manuel Antonio Peixoto, Antonio Pinto, José Alves de Carvalho Barros, José Francisco Ferreira, José Antonio Rebouças, Antonio José Velloso, Manuel Luiz de Sousa, João Antonio Rodrigues, Antonio da Silva, Manuel de Carvalho, Domingos de Freitas, Antonio Cadette, operarios; D. Maria da Gloria Freitas; portuguezas: Antonio Agostinho Pires, negociante; Antonio Durão, operario; espanholas:

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Ande, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com fazendas; 29 pessoas de tripulação e 15 passageiros. S. José e Almas Feliz, cahique portuguez, mestre M. dos Santos, para Villa Nova de Portimão, com milho e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Anna Januária com um menor, portugueza.

Nova Dolores, patacho polaco hespanhol, capitão M. Saragoça, para Santander, com sal; 9 pessoas de tripulação. Diamante, brigue noruegues, capitão G. Usmonsen, para Setubal, com sal; 9 pessoas de tripulação. Remembrance, vapor inglez, capitão J. Gibson, para Constantinopla, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Maria, hiate portuguez, mestre M. C. Valverde, para a Figueira, com arroz, assucar e encomendas; 6 pessoas de tripulação. Pluto, vapor de guerra inglez. Oliveira Brilhante, hiate portuguez, mestre J. M. Ferreira, para Setubal, com madeira e encomendas; 8 pessoas de tripulação. Magrico, escuna portugueza, capitão J. M. da Rocha, para a ilha de S. Miguel, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Moord Noderland, patacho hollandez, capitão A. A. Kroll, para Hamburgo, com sal e mais generos; 6 pessoas de tripulação.

Alipede, brigue portuguez, capitão J. E. O. Moraes, para o Rio de Janeiro, com sal, vinho e mais generos; 17 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Joaquim Xavier das Neves, marítimo, brasileiro.

Rio Ave, brigue portuguez, capitão J. R. Dias, para as ilhas de S. Thomé e Príncipe, com sal, telha, ferragens e fazendas; 12 pessoas de tripulação.

Jaumeaux, patacho francez, capitão M. Bomon, para Tavira, em lastro; 7 pessoas de tripulação. Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 12 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, comandante.

O mar está bom.—O vento esteve NE. e NO. regulares, agora N. brando.

De Vianna do Castello, do dia 11
Saiu o hiate, *Bom Jesus dos Navegantes*, para Lisboa.

Em Esposende no dia 7 saiu o hiate *Eclipse*, para Lisboa. No dia 8 saiu o hiate *Rio Cavado*, para a Figueira com escala por Vianna. No dia 9 não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Villa do Conde, do dia 10
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar chlo.—Vento N.—O rio Ave leva pouca corrente.

De Caminha, do dia 11
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Figueira, do dia 11
Entrou o cahique portuguez *S. João Baptista*, de Peniche com pescaria.

Saídas—Portuguezas, hiate *Antunes Primeiro*, para o Porto com pedra. Cahique *Senhora do Rosario*, para Cezimbra com sal.

Fôra da barra nada se avista.

Mar agitado.—Vento NNNE. fresco.

De Ericeira, do dia 11
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar continua a ser agitado.—Vento N. fresco.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 11
Entrou a escuna ingleza *Yalla*, de S. Lucas em 1 dia, em lastro.

Saídas—Portuguezas, hiate *Triunpho do Guadiana*, e *Flor do Guadiana*, ambos para Lisboa em lastro.

O mar está bom, o vento variavel, athmosphera clara.

De Tavira, do dia 11
Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento variavel.

Hontem de tarde entrou o hiate portuguez *Triunpho*

pho de Margarida, de Lisboa, com varios generos, e saiu o cutter de guerra *Ligeiro*, pertencente á esquadilha da costa d'esta provincia.

De Faro, do dia 11
Entradas—Cahique portuguez *Santo Antonio e Almas*, de Setubal, com arroz.—Bote hespanhol *S. Mathews*, de Ayamonte, vazio.

Saídas—Botes hespanhoes, *Senhora das Angustias*, e *S. Mathews*, ambos para Ayamonte.

O vapor *D. Luiz* communicou fôra da barra, desembarcou 6 passageiros, e seguiu para Olhão, Tavira, e Villa Real de Santo Antonio.

Bom tempo.—Vento O. NE.

De Setubal, do dia 11
Entradas—Barca sueca *Solid*, de Londres, em lastro.—Hiate portuguez *Santos e Oliveira*, de Lisboa, vazio.

Saídas—Rascas portuguezas, *Salineira de Aveiro*, e *Flor do Porto*, ambas para o Porto com sal.

Hiatos portuguezes, *Flor do Mar*, para o Porto, com sal; *Senhora das Neves*, para Villa do Conde, com sal; *Dois Irmãos*, e *Victoria*, ambos tambem para o Porto, com sal.—Brigue hespanhol *Relampago*, para a Corunha, com sal.—Escuna hespanhola *Primos e Irmãos*, para Vigo, com azeite.

—Falucho hespanhol *Mathild*, para Vigo, com sal.—Brigue prussiano *Mela*, para Alverner, com sal.—Escuna hespanhola *Amibal*, para Santander, com sal.—Falucho hespanhol *S. José*, para Santander, com sal.—Cahique portuguez *Conceição Perola*, para Olhão, com arroz.

Vento NE.

De Villa Nova de Portimão, do dia 8
Entradas—Falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, de Ayamonte em 3 dias, em lastro.—Cahique portuguez *Senhora da Conceição*, de Setubal em 1 dia, com varios generos.

Saiu o hiate portuguez *Heroismo*, para o Porto, com pedra de cal.

Mar chlo.—Vento NO. fresco.

Do dia 9
Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Brigue francez *Supieur Pampier*, para S. Petersburgo, com cortiça.—Falucho hespanhol *Virgem das Mercês*, para Ayamonte, com ovos.

Mar bom.—Vento NO. fresco.

Do dia 10
Entrou o cahique portuguez *Villa Nova de Portimão*, de Vianna do Castello, com varios generos, em 3 dias.

Não saiu embarcação alguma.

Mar chlo.—Vento NNO. regular.

De Lagos, dos dias 8 e 9
Nestes dias não entraram nem saíram embarcações.

Mar bom.—Vento N. regular.

Do dia 10
Ancorou o cahique portuguez *Jesus da Piedade*, de Lisboa, com varios generos e 4 passageiros.

Não saiu embarcação alguma.

Directão geral dos telegraphos do reino, em 12 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS
(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 12 de abril—3 por cento consolidado a 45,70 e 80—3 dito differido a 36.

Bolsa de Paris, em 12 de abril—3 por cento francez a 70,20—4 1/2 dito a 96,30.

Bolsa de Londres, em 12 de abril—Consolidados de 94 3/8 a 94 1/2.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS
III.º sr.—Participo a v. s.ª que a 12 do corrente mez, pela uma hora da tarde, se manifestou incen-

dio em uma porção de trapo, que estava em arrecadação na loja com o n.º 111, na rua de S. José. O fogo, que tinha sido lançado por descuido, não progrediu.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 12 de abril de 1860.—III.º sr. vereador do pelouro dos incendios.

—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.º sr. presidente da mesa da assembléa geral convida todos os socios a reunirem no proximo domingo 15 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, para se proceder á eleição dos cargos que faltam a preencher, visto não ter havido sessão no ultimo dia annunciado, por não ter comparecido sufficiente numero de socios.

Sala da associação, em 7 de abril de 1860.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quinta-feira 19 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto da reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 13 de abril de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembléa geral a reunir segunda-feira 16 do corrente, pelas oito horas da noite, nas salas do centro promotor. Ordem da noite: continuação da discussão de trabalhos pendentes.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

REUNIÃO AGRICOLA

São convidados todos os agricultores e proprietarios agricolas a reunirem-se novamente no domingo proximo 15 de abril, á hora perfixa do meio dia, na rua do Arsenal n.º 16, a fim de se discutir o parecer da commissão nomeada em 25 de março, sobre a admissão permanente de cereaes; bem como para ser apresentado o parecer de outra commissão, nomeada na sessão do 1.º d'este mez, relativamente á admissão de aguardente e azeite.

Lisboa, 12 de abril de 1860.—O secretario da mesa provisoria, Antonio Nunes dos Reis.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

O NOVO AMIGO DOS MENINOS

POR MR. SAINT-GERMAIN LÉDUC

Traduzido em vulgar pelo director da escola normal primaria de Lisboa, Luiz Filipe Leite, e sob a direcção do sr. Antonio Feliciano de Castilho, approved para uso das escolas de instrução primaria pela commissão geral de instrução no reino e ilhas. Dois grossos volumes, contendo mais de 700 paginas—600 réis.

A mesma obra ricamente encadernada em mosaico doado na capa—1\$200 réis.

Em França recebeu esta obra um acolhimento espantoso, sendo adoptada nas escolas de instrução. Recomendamos-la aos professores não só para uso das suas escolas, mas igualmente para os premios que n'estas se conferem por adiantamento. Os preceptores e chefes de familia, adoptando o costume

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE DOM LUIZ, NA ESCOLA POLYTECHNICA

Latitude + 38° 43' 43"/4. Longitude + 9° 8' 49"/3. Greenwich. Altitude 97,9 metros. Distancia ao Tejo 4.226

RESULTADOS DAS OBSERVAÇÕES DAS CHUVAS NOS ULTIMOS ANOS

Considerando a importancia que tem o estudo da chuva para caracterisar um clima, pareceu-nos conveniente colligir dos mappas escriptos pelo apparellho registado, existente no observatorio, os dados mais interessantes sobre este phenomeno meteorologico.

Bergäuss, Quetelet, Kaentz e o sr. de Gasparin têm publicado curiosos trabalhos sobre este assumpto.

Tivemos que examinar mais de 1.000 folhas de registado, algumas quasi indecifráveis, ou porque o lapis não tinha escripto bem, ou porque carregando

sobre o papel amolecido pela chuva o tinha rasgado em maior ou menor extensão, ou finalmente, porque o traço escuro que elle fizera, tinha desaparecido debaixo das nodosas amarellas, produzidas pela agua suja que do terraço vem cair sobre o papel, atravessando o tubo do anemometro. Felizmente poucos mappas se inutilisaram.

As médias foram achadas sobre mappas especiaes, feitos uns com os dados fornecidos pelas folhas do apparellho registado, outros com os que se tiraram dos mappas publicados pelo observatorio.

O trabalho que apresentamos comprehende os annos de 1856, 1857, 1858, e em alguns casos os de 1855 e 1859, porque em 1855 ainda não tinha o observatorio o playvimeter registado, e sendo durante o anno de 1859 que o trabalho foi claoorado só podia referir-se em algumas questões aos annos anteriores.

De um periodo tão limitado não se podem tirar conclusões seguras, nem essa idea tivemos ao encetar este estudo; facilitar quaesquer indagações posteriores, dispensando o longo e fastidioso trabalho do

exame das folhas do registo foi o nosso fim. Actualmente ha no observatorio um mappa onde se nota as horas a que choveu, a quantidade de chuva correspondente a cada hora, o numero de chuvas e sua duração.

Outros dados interessantes facilmente se colligem do exame dos mappas que publicamos mensalmente; v. g.: a relação que ha entre chuva que cêe na estação superior e inferior, a quantidade de chuva correspondente a cada vento, etc., por isso omitimos os mappas correspondentes.

Quantidade de chuva em millimetros em cada mez

MEZES	1855	1856	1857	1858	1859	MÉDIAS DE 32 ANOS
Dezembro	7,3	122,0	89,3	35,3	73,1	65,50
Janeiro	55,9	291,6	55,4	31,9	28,5	92,60
Fevereiro	217,1	99,8	123,1	157,0	26,4	124,68
Março	126,5	151,9	69,0	77,9	5,6	86,18
Abril	55,6	131,9	16,0	13,1	104,6	64,24
Maio	99,6	16,9	67,2	22,2	91,6	67,70
Junho	11,1	—	34,6	3,1	70,5	21,86
Julho	13,5	—	0,2	0,1	0,8	2,92
Agosto	0,8	8,5	33,1	3,9	0,3	9,92
Setembro	94,1	19,4	17,7	51,7	1,8	36,94
Outubro	198,5	66,7	82,7	101,4	229,0	135,66
Novembro	69,9	4,2	224,0	414,5	76,1	157,74
Total	930,9	912,9	812,3	912,1	708,3	855,40

As médias de 32 annos são tiradas das observações do sr. Franzini. Vê-se que concordam sensivelmente com as obtidas no observatorio, sendo nos mezes de outubro a novembro que chove mais. A unica differença notavel é relativamente ao mez de fevereiro, o que depende do anno de 1855, em que este mez figura com muitos millimetros de chuva.

Numero de chuvas

MEZES	1856	1857	1858	1859
Dezembro	34	62	3	20
Janeiro	101	49	11	13
Fevereiro	34	45	62	21
Março	41	28	25	11
Abril	52	18	12	34
Maio	9	27	16	29
Junho	—	15	3	29
Julho	—	1	1	1
Agosto	3	14	3	1
Setembro	11	16	9	3
Outubro	19	33	22	52
Novembro	5	80	95	22
Total	309	388	262	236

Duração total das chuvas

MEZES	1856	1857	1858	1859
Dezembro	35 h. 30'	43 h. 30'	9 h. 15'	31 h. 50'
Janeiro	107 45	30 —	10 30	10 15
Fevereiro	54 15	38 45	73 30	11 10
Março	61 30	36 —	40 30	2 —
Abril	47 15	12 —	7 —	38 30
Maio	11 —	28 15	8 —	37 10
Junho	—	13 15	3 —	30 15
Julho	—	6 —	15 —	—
Agosto	4 —	15 —	1 —	15 —
Setembro	5 45	5 —	8 30	1 20
Outubro	15 30	27 30	24 30	51 15
Novembro	5 —	56 30	90 30	17 55
Total	347 h. 30'	297 h. 15'	277 h. 45'	221 h. 29'

Os annos de 1855, 1856, 1857 e 1858 foram extraordinariamente chuvosos; se os compararmos com as observações do sr. Franzini, vê-se que, exceptuando o anno de 1845, e o de 1838, a maxima quantidade de chuva foi de 789 millimetros em 1841, e que, durante aquellas observações, que comprehendem 32 annos, não ha um periodo de tanta chuva como o que acabamos de notar.

Do numero total de vezes que choveu em cada mez

MEZES	M.N. 2	2-1	4-6	6-8	8-10	10-12	M.D. 2	2-1	4-6	6-8	8-10	10-12	TOTAL
Janeiro	5,33	6,33	4,33	4,33	4,33	3,33	4,33	5,33	5,33	3,33	5,33	5,33	5,33
Fevereiro	5,66	6,33	5,66	5,66	3,66	3,00	4,33	5,33	4,00	3,33	6,00	3,00	3,00
Março	2,66	3,33	4,67	4,34	5,00	5,00	1,00	5,66	3,67	3,33	1,34	1,33	1,33
Abril	1,66	3,00	2,00	4,00	2,66	2,33	2,00	2,00	2,66	3,00	2,34	2,34	2,34
Maio	1,66	3,67	2,00	1,33	2,00	1,66	1,00	2,00	1,67	1,67	0,66	1,67	1,67
Junho	0,33	0,34	0,66	1,66	0,67	0,33	0,66	1,00	0,34	0,34	—	—	—
Julho	—	0,33	—	—	—	—	—	—	0,33	—	—	—	—
Agosto	0,33	0,33	1,00	0,66	0,33	0,33	0,33	0,33	—	0,66	0,33	0,33	0,33
Setembro	1,33	—	0,66	0,33	1,36	0,66	1,00	1,00	1,33	1,33	0,66	1,66	1,66
Outubro	1,66	2,00	3,00	1,66	3,66	2,33	1,00	2,00	1,33	1,66	2,33	1,66	1,66
Novembro	6,00	5,33	4,33	4,33	6,00	6,00	6,00	5,66	5,00	5,66	4,33	5,00	5,00
Dezembro	2,33	2,66	2,66	3,33	4,66	3,33	2,33	3,33	3,33	3,00	2,66	2,00	2,00
Total	28,95	33,65	34,97	31,63	34,33	28,97	24,31	33,64	26,99	27,30	26,64	24,32	24,32

Quantidade de chuva em millimetros de duas em duas horas

MEZES	M.N. 2	2-1	4-6	6-8	8-10	10-12	M.D. 2	2-1	4-6	6-8	8
-------	--------	-----	-----	-----	------	-------	--------	-----	-----	-----	---